

ANEXO VI
PPC DE REFERÊNCIA - Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários

**PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL EM ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA
NOS INSTITUTOS FEDERAIS DAS REGIÕES CENTRO-OESTE, SUDESTE E SUL**

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve ser submetido segundo o Edital PRX nº 658/2023 para aprovação seguindo as Diretrizes Gerais do Edital e apresentadas neste PPC de Referência

1. INTRODUÇÃO

1.1 Identificação da Ação

Título: Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários

Coordenador (a):

Tipo da Ação: Curso de Formação Inicial e Continuada

Vinculada à Programa de Extensão? (X) Sim

Instituição: _____

Unidade Geral: _____

Unidade Origem: _____

Equipe responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC): _____

Recursos Financeiros: PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL EM ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NOS INSTITUTOS FEDERAIS DAS REGIÕES _____

1.2 Caracterização da Ação

Área de Conhecimento: Educação

Caracterização: Presencial

Subcaracterização 1: Capacitação/Treinamento/Qualificação Profissional

1.3 Detalhes da Ação

Carga Horária Total da Ação: 200 horas **(esta carga horária é obrigatória)**

Justificativa da Carga Horária:

A Carga Horária foi proposta com referência no Guia Pronatec dos Cursos FIC e Portaria MTE N. 3.222, de 21 de agosto de 2023, que institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ. O Curso será realizado em III módulos I básico, II Profissional e III Tempo Comunidade, prevendo o desenvolvimento dos conhecimentos relativos à xxxx, perfazendo um total de 200 horas. O Curso apresentará a carga horária semanal de xxxx horas distribuídas em xxxx semanas necessárias para a integralização do curso, incluindo o desenvolvimento de ações xxxxxx **(explicar pedagogicamente as ações de forma resumida).**

Modalidade da oferta: Presencial

Periodicidade: Semestral

Abrangência: (local, municipal, regional, estadual, nacional)

Quantidade de turma(s): _____

Data de Início: xxxx

Data de Término: xxxx

Tem Limite de Vagas: Sim

Número de Vagas: xxxx

Local de Realização: IFXX Campus xxxxxxxx.

Turno de funcionamento: **xxxxxxxxx**.

Período de Realização: xxxx meses

2. REQUISITOS E FORMA DE INGRESSO:

Cabe salientar que o sistema de ingresso deve contemplar instrumentos e mecanismos de acolhimento que leve em consideração o público-alvo de forma que viabilize o acesso à formação profissional e cidadã dos/das sujeitos no curso de **Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários** que será desenvolvido na modalidade presencial. Neste sentido, sugere-se adotar instrumentos de seleção mais inclusivos como por exemplo, entrevista por meio de questionário socioeconômico; sorteio, dentre outros que garantam inserção da população mais vulnerável.

O ingresso no Curso dar-se-á por meio de processo seletivo especificado em edital que contemple os seguintes elementos:

- a) Forma da seleção (entrevista, sorteio, etc.);
 - b) Período de início e fim das inscrições;
 - c) Gratuidade da oferta;
 - d) Os meios de contato com a instituição (*disponibilizar todos os meios possíveis de comunicação do candidato com a instituição: telefones, e-mails, setor responsável, etc.*);**
 - e) Turno: (*orientamos que a oferta do Curso ocorra no turno noturno, entendendo que os/as sujeitos são jovens e adultos trabalhadores/as*);**
 - f) Idade mínima de 16 anos.

3. PÚBLICO-ALVO

Descrição do PÚBLICO-ALVO: Serão ofertadas **xxxx** vagas, compreendendo o público-alvo:

- a. Trabalhadores e trabalhadoras vinculados a grupos produtivos autogestionários, formalizados ou não, a exemplo de grupos informais, associações, cooperativas, coletivos urbanos e rurais;
 - b. Jovens;
 - c. População negra;
 - d. Mulheres;
 - e. Povos e comunidades tradicionais e originárias;
 - f. Pessoas com Deficiência – PCD;
 - g. População idosa;
 - h. População LGBTQIA++;
 - i. Atender o público Cadastrado nos Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único);
 - j. Público em geral.

(Observar público-alvo conforme previsto no Edital)

Discriminar Público-Alvo:

	A	B	C	D	E	Total
Público Interno da Universidade/Instituto	0	0	0	0	0	0

Instituições Governamentais Federais	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Estaduais	0	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Municipais	0	0	0	0	0	0
Organizações de Iniciativa Privada	0	0	0	0	0	0
Movimentos Sociais	0	0	0	0	0	0
Organizações Não Governamentais (ONGs/OSCIPs)	0	0	0	0	0	0
Organizações Sindicais	0	0	0	0	0	0
Grupos Comunitários	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0

4. DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Resumo da Proposta:

O Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional – PMQ apresenta como objetivo a formação dos/as trabalhadores/as dos empreendimentos econômicos populares e solidários. A proposta do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) **Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários**, portanto, contempla os requisitos mínimos propostos na Portaria MTE N. 3.222, de 21 de agosto de 2023, que institui o PMQ e que prevê recursos para a qualificação dos grupos de Economia Solidária (ES). Deste modo, o PPC foi construído prevendo-se 200 horas, compreendendo 20% de conteúdo básico (equivalente a 40 horas) e 80% de conteúdo profissionalizante (equivalente a 160 horas). No âmbito profissionalizante 70% de conteúdo

teórico/prática e 30% de carga horária destinada a tempo em comunidade. A portaria supracitada estabelece um percentual mínimo de 30% de atividades práticas, contempladas aqui como o tempo em comunidade somada a carga horária prática contida em cada módulo. Por módulo, com o estabelecimento de ao menos 40% de atividade prática. Espera-se como resultados ao final do curso **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**.

(Observar o perfil profissional do egresso/a referente a cada curso para o delineamento da proposta do curso, bem como dos objetivos/resultados etc.)

b) Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários

Referência Guia Pronatec:

Gestor de Microempresa Código do Curso: 278098 Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental II (6º a 9º) - Completo Perfil Profissional: Domina conceitos e práticas de controle do dinheiro. Conhece e desenvolve um planejamento para micro e pequenas empresas. Compreende e utiliza os conhecimentos sobre negociação, sendo capaz de gerenciar ações de marketing.

Domina conceitos e práticas de gestão de pessoas, de associativismo, e de cooperativismo. Utiliza os fundamentos da excelência em gestão voltados para uma micro ou pequena empresa. Sabe identificar oportunidades de mercado, considerando técnicas de gestão da inovação. Ocupações Associadas (CBO): 1414-10 Comerciante varejista.

Perfil profissional: Auxilia na estruturação de planos de desenvolvimento solidário para empreendimentos econômicos solidários, abrangendo estratégias de organização produtiva, financeira, investimento, autogestão, comercialização, dentre outros.

Palavras-Chave: Programa

Informações relevantes para a avaliação da proposta:

Este curso faz parte da adesão ao Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional – PMQ (texto mandatório)

5. JUSTIFICATIVA

O Instituto Federal xxxx (IFxxx) é uma autarquia federal de ensino responsável pela oferta de cursos técnicos, licenciaturas, cursos de formação inicial e continuada (FIC), tecnologias, engenharias e pós-graduação.

O Programa de Formação e Qualificação Profissional em Economia Popular e Solidária nos Institutos Federais das regiões **xxxxxxxx** é fruto do trabalho coletivo de grupos, organizações e instituições que trabalham com iniciativas que visam o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil, nos estados e nos territórios de identidade. Nesse sentido, o respectivo programa ganha materialidade, a partir de diálogos constituídos entre servidores que compõem a Rede IF EcoSol e a SENAES. O processo de maturação do programa foi se desenvolvendo, à medida que demandas reais identificadas por meio de estudo de prospecção com documentos norteadores apontaram para a necessidade de oferta de cursos de qualificação profissional, na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC), pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), na linha de fomento do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL (Resolução CODEFAT nº 907, de 26 de maio de 2021);

Considerando a Medida Provisória nº 1.154/2023 e o Decreto nº 11.539/2023, que recriam o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Economia Popular e Solidária e a Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda;

Considerando as competências da Secretaria de Economia Popular e Solidária - SENAES, criada pelo Decreto supracitado, de colaborar com outros órgãos públicos em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza; estimular a criação, a manutenção e a ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

Considerando, ainda, as competências da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda de planejar, coordenar, monitorar e avaliar as ações de estímulo ao emprego e trabalho para a juventude, incluídos a aprendizagem, o estágio e as iniciativas de inclusão produtiva;

Considerando a Portaria MTE nº 3.222/2023, que Institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional – PMQ voltado ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a contribuir com a formação geral, acesso e permanência no mundo do trabalho.

Considerando o compromisso assumido pelo Estado brasileiro com a Agenda 2030, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pela Organização das Nações Unidas (ONU), em destaque os ODS 1 – Erradicação da pobreza, 2 -Fome zero e agricultura sustentável, 4 – Educação de Qualidade, 5 – Igualdade de Gênero, 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, 10 – Redução das desigualdades, 12 – Consumo e produção responsáveis e 17 – Parcerias e meios de implementação, e em especial, o ODS 8 o qual prevê uma meta de reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação: “[...] Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos”;

Considerando a Resolução da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 10 de junho de 2022, relativa ao trabalho decente e a economia social e solidária, que orienta os Estados-membros a levem em consideração a contribuição da economia social e solidária à conquista do trabalho decente, a economia inclusiva e sustentável, a justiça social, o desenvolvimento sustentável e a melhoria na qualidade de vida para todos;

Considerando as deliberações das Conferências Nacionais de Economia Solidária, em especial da sua terceira edição que resultou na publicação do 1º Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável;

Considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, sobre a educação profissional e tecnológica, sua abrangência em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e seu desenvolvimento em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho; e, por fim,

Considerando o objetivo da educação profissional, estabelecido pelo Decreto nº 2.208/1997, de qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Sendo assim, optou-se pela oferta do Curso **Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários**.

No que se refere, especificamente, à proposta de formação e de qualificação profissional, o IF **xxxxxxxx** tem realizado um trabalho sistematizado, na esteira de uma série de ações com vistas ao fortalecimento de uma política de promoção da diversidade no âmbito institucional. No âmbito da Economia Solidária as ações têm se pautado **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**.

No *Campus xxxxxxxx ... Inserir a realidade local: público-alvo a ser atendido, contextualizar a região, dados/ estudos recentes sobre a condição dos públicos atendidos localmente (município), por que o curso de qualificação profissional foi escolhido* b) Gestão de Empreendimentos

Econômicos Solidários), delinear quais as possibilidades de inserção dos/das estudantes no mundo do trabalho, qual o impacto esperado na vida da população atendida. Incluir dados/estudos no que tange a empregabilidade em consonância com o arranjo produtivo local para a área do curso proposto.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento deste curso ancora-se nos dados nacionais sobre o mundo do trabalho que evidenciam xxxx, bem como na Portaria MTE N. 3.222, de 21 de agosto de 2023, que institui o PMQ **xxxxxxxxxxxxxx** (Incluir teóricos/as clássicos/as e contemporâneos/as, bem como artigos, estudos recentes entre outros, que debatem acerca do tema específico proposto para o presente curso.)

7. OBJETIVOS

7.1 Geral:

O Curso de Formação Inicial e Continuada em **Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários**, na modalidade presencial, apresenta como objetivo geral realizar a qualificação social e profissional de empreendedoras e empreendedores em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, alinhada com a política de economia popular e solidária, com foco no acesso e permanência em ocupações demandadas pelo setor produtivo local e/ou relacionadas à vocação econômica do território, visando à inclusão e inserção no mundo do trabalho, priorizando-se a articulação dos conhecimentos teóricos práticos da formação básica e de qualificação profissional.

7.2 Específicos:

Espera-se que ao final da formação os/as cursistas possam ter desenvolvido os seguintes conhecimentos:

- Desenvolver e dominar conceitos e práticas de controle do dinheiro;
- Conhecer e realizar um planejamento para micro e pequenas empresas;
- Compreender e utilizar os conhecimentos sobre negociação, sendo capaz de gerenciar ações de marketing;
- Conhecer e compreender conceitos e práticas de gestão de pessoas, de associativismo, e de cooperativismo;
- Utilizar os fundamentos da excelência em gestão voltados para uma micro ou pequena empresa;
- Identificar oportunidades de mercado, considerando técnicas de gestão da inovação.
- Auxiliar na estruturação de planos de desenvolvimento solidário para empreendimentos econômicos solidários, abrangendo estratégias de organização produtiva, financeira, investimento, autogestão, comercialização, dentre outros;
- Construir e ampliar conhecimentos relativos a Direitos Humanos, Educação Socioambiental e Sustentabilidade, Educação das Relações Étnico-Raciais, Cidadania, Gênero, Direitos, Ética e Relações Humanas, Políticas Públicas e Mundo do Trabalho.

(Breve descrição das competências do egresso com o perfil profissional esperado, de acordo com a identidade e concepção do próprio curso)

8 METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

8.1 Metodologia

A matriz curricular – Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários, foi desenvolvida na perspectiva das Diretrizes político-metodológicas para educação em economia solidária, recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012 (SENAES, 2012).

A abordagem metodológica do curso baseia-se, portanto, nos “princípios e valores da Economia Solidária, bem como os fundamentos, práticas e metodologias da Educação Popular, estabelecendo como pressuposto o respeito e a valorização dos saberes locais, a formação contextualizada no tempo e no espaço e a socialização de conhecimentos e saberes” (SENAES 2012, p. 3).

Sendo assim, o percurso formativo envolvendo todos os sujeitos da ação formativa (formadores, educandos/as, comunidade, empreendimentos etc.) em economia solidária compreenderá a indissociabilidade entre a teoria e prática dentre outros aspectos:

- a) o território como ponto de partida da imersão na realidade,
- b) a investigação como produção de conhecimento. A investigação é o ponto de partida essencial para mergulhar na realidade e estimular a prática da investigação participante e a ação ativa dos sujeitos formadores-educandos.
- c) a alternância, compreendida por tempos presenciais de jornadas pedagógicas e tempos de experimentação formativa - comunidades, empreendimentos, territórios. (SENAES 2012, p.4).

A abordagem metodológica fundamenta-se ainda, em processos sócio interacionistas, em que o diálogo e a construção coletiva de saberes serão alicerces para as práticas pedagógicas no curso. Por meio de estratégias e atividades didáticas que envolvam a pesquisa, a experimentação e a reflexão, os/as estudantes serão convidados/as a desenvolver produções individuais e coletivas tais como: portfólios e relatos reflexivos sobre as práticas realizadas, além de outras atividades que serão realizadas em grupos. Poderão ser utilizadas estratégias de jogos cooperativos, resolução de problemas, rodas de conversa, produção de protótipos, produção de diários, aulas dialógicas que relacionem teoria e prática; Diagnóstico das necessidades de aprendizagem dos/as estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios; aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates; oficinas pedagógicas dentre outras atividades. O curso iniciará com o acolhimento, por meio de atividades que promovam a socialização entre os/as estudantes, professores/as e demais membros da equipe do projeto, garantindo-se ainda a experiência em diferentes espaços formativos.

As aulas Teórico-Práticas, baseiam-se em pilares que possibilitam aos/às participantes a construção de conceitos, procedimentos e atitudes, bem como na concepção de educação popular e pedagogia da alternância em que são reservadas as atividades práticas relacionadas ao tempo comunidade. Além disso, a metodologia pauta-se na educação diferenciada, na vivência coletiva e autogestionária dos espaços educacionais, bem como na perspectiva da indução à continuidade de formação e escolarização.

Em relação ao Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TE) devem-se ser consideradas as seguintes estratégias e práticas pedagógicas:

- Vivência de diferentes tempos educativos;
- Inserção nos processos de gestão da escola;
- Conteúdos socialmente úteis;
- Avaliação participativa e vinculados aos objetivos de aprendizagem;
- Acompanhamento;
- Inclusão na comunidade;
- Conhecimento e integração junto aos movimentos sociais;

- Desenvolvimento de atividades de complementação de Estudos;
- Atividades práticas acompanhadas;
- Desenvolvimento de Pesquisas;
- Reflexões sobre o período de vivência TC, por meio de seminários no TC e TE; etc.

Com o início das atividades, será realizada avaliação diagnóstica para avaliar os conhecimentos prévios sobre o assunto base do curso, a fim de balizar a prática educativa com o enfoque necessário aos conhecimentos essenciais que necessitarem ser desenvolvidos, além da avaliação diagnóstica, será realizada a avaliação contínua e formativa ao longo do período de formação dos/as discentes.

O Módulo Básico (MB) com 40h compreenderá:

xxxxxx

Módulo Profissional (MF) com 120h compreenderá:

xxxx

E o Módulo Tempo Comunidade (MTC) com 40h compreenderá:

xxxx

Nesta ação, descrever a abordagem metodológica de cada etapa do módulo em consonância com o curso proposto.

8.2 Avaliação:

A avaliação da aprendizagem entendida enquanto processo contínuo deve assumir as funções diagnóstica, formativa e somativa, de forma que seus resultados sejam orientadores da tomada de decisão e (re)planejamento das ações com vistas a superar possíveis dificuldades encontradas.

Neste sentido, pressupõe-se a contextualização teórico/prática dos conhecimentos na linha da educação Freireana e a diversificação de instrumentos de forma a possibilitar que o/a docente avalie sua prática e a reformule e ao/à estudante o desenvolvimento do compromisso para com a sua aprendizagem, contribuindo continuamente para a autonomia, a formação crítica e cidadã.

Para a certificação, os/as estudantes deverão apresentar frequência de, no mínimo, 75% do total de aulas ministradas, havendo controle de presença e deverá obter nota mínima de 6,00 na avaliação final.

Para socializar as experiências e principais resultados do Projeto, a equipe de execução realizará esforços para alimentar o site e outros canais institucionais do PMQ. Ainda com relação a disseminação dos resultados, haverá a apresentação de trabalhos no Congresso de Extensão e na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do *campus XXXXX*. **(Nesta ação, acrescentar abordagens específicas de avaliação e de disseminação de resultados alcançados)**

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso proposto foi organizado em 3 Módulos:

1. Módulo Básico (MB) com 40h;
2. Módulo Profissional (MF) com 120h
3. Módulo Tempo Comunidade (MTC) com 40h, perfazendo um total de 200h de curso.

O Módulo Básico (MB) com 40h compreenderá:

O Módulo Profissional (MF) com 120h compreenderá:

O Módulo Tempo Comunidade (MTC) com 40h compreenderá:

OBS: Nesta ação, descrever a abordagem metodológica de cada etapa do módulo em consonância com o curso proposto.

9.1 Conteúdo Programático

A organização curricular deste curso considera a necessidade de proporcionar qualificação profissional em **Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários**, comprometida com a formação humana integral uma vez que propicia, ao/à participante, uma qualificação laboral relacionando currículo, trabalho e sociedade. O curso está organizado em três módulos complementares denominados: Módulo Básico (MB) com 40h; Módulo Profissional (MF) com 120h e Módulo Tempo Comunidade (MTC) com 40h, compreendendo em sua organização didática, componentes curriculares e atividades que serão oferecidas na modalidade de Extensão com oficinas, minicursos, palestras e rodas de conversas entre outros. ([Observar item 9.2 Estrutura curricular do curso](#)).

9.2 Estrutura curricular do curso

A Estrutura Curricular do Curso foi estruturada a partir da pedagogia Freireana, na qual o aprendiz está no centro do processo. Compreendendo uma práxis como eixo formativo e dialógico, em que considera-se a heterogeneidade do público-alvo e objetiva-se uma metodologia que, parte de uma avaliação diagnóstica, ao início do processo formativo, a qual permita o conhecimento do nível de aprendizagem de cada estudante, para que seja possível elaborar estratégias para o avanço e a ampliação dos conhecimentos e, por meio das quais o aprimoramento de estudos seja construído e alcançado com a participação de todos/as. Para isso, o fazer é o cerne da metodologia: o fazer no sentido do trabalho associado. Sabemos que só se aprende, fazendo, e fazendo coletivamente.

A práxis pedagógica se propõe, portanto, à construção do enlace entre a teoria/prática, em que o planejamento do que será desenvolvido, assim como a sua efetivação e a avaliação do que foi realizado em sala de aula, nos laboratórios, nos empreendimentos e no território, ou seja, em todo espaço pedagógico formativo, sempre estejam acompanhados de reflexão crítica. Na formação cidadã, na linha da educação popular, o conhecimento técnico considera a técnica a serviço da vida e do bem viver. Deste modo, seguindo os princípios da economia solidária enfoca-se na continuidade da educação e na elevação da escolaridade em todos os níveis que se nos apresentarem, devido à heterogeneidade e do público atendido. A formação continuada deve ocorrer permanentemente, compreendendo o trabalho como possibilidade de ampliação das competências e habilidades tanto técnicas quanto política: humana e cidadã.

Considerando que o objetivo do projeto é realizar qualificação profissional e social alinhada com a política de economia popular e solidária, na garantia da transversalidade, interdisciplinaridade e educação popular, contribuindo no fortalecimento das iniciativas de economia popular e solidária e com a construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e na valorização das dinâmicas territoriais, foram delineados os conhecimentos essenciais, a serem desenvolvidos de forma articulada entre os componentes curriculares previstos, compreendendo a contextualização e a complementaridade.

A seguir, a Estrutura Curricular de Referência e na sequência, observações sobre o conteúdo programático:

- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO	CH	CONTEÚDO	CH
Básico	40	I - Gêneros Textuais: - Práticas de leitura, escrita e expressão oral	8

		<p>II. Habilidades de Raciocínio para atender demandas cotidianas dos EES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As 4 operações básicas; - Sistemas de medidas; - Proporção direta e indireta; - Indução, dedução e analogia. 	8
		<p>III - Informática básica para atender demandas cotidianas dos EES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Operações básicas no computador e/ou smartphone - Planilhas eletrônicas; - Editor de texto; - Apresentação; - Navegadores de internet. 	8
		<p>IV - O Mundo do Trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Saúde e segurança no trabalho; - Relações interpessoais para autogestão; - Orientação profissional para a economia solidária; - O Curriculum coletivo/individual. 	8
		<p>V - Normas e Regras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Direitos humanos, sociais e trabalhistas; - Responsabilidade socioambiental. 	8
Profissional	120	<p>I – Aspectos gerais da Economia Solidária:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Histórico; - Conceito, princípios e diretrizes da Economia Solidária: trabalho associado, autogestão, educação popular, sustentabilidade, cooperativismo, o trabalho associado como princípio educativo; - Estrutura da Economia Solidária: os principais dispositivos: comércio justo e solidário, consumo responsável, redes e EES, finanças solidárias, tecnologias sociais, incubação em economia solidária, Cadsol, rede de prosumidores; 	60

		<ul style="list-style-type: none"> - A Economia Solidária como Movimento Social: Fóruns, EES, Entidades de Apoio e Fomento; - Direitos Sociais: Políticas públicas de áreas estratégicas para a Economia Solidária 	
		II - (Auto)gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários	60
		<ul style="list-style-type: none"> - A (auto)organização interna do processo produtivo: autogestão e relações interpessoais pautadas por princípios éticos e coletivos; A (auto)organização interna do processo produtivo: divisão de tarefas, importância e controle da qualidade dos produtos/serviços, controle do processo produtivo - Estratégias de Comunicação e divulgação: organização das vendas, valorização do produto, importância e instrumentalização das mídias sociais (o que são, tipos, como tirar fotos adequadas, estratégias de impulsionamento), as feiras de economia solidária, as redes de prossumidores; - Organização do dinheiro: noções de custos, controle do dinheiro (entrada e saída), precificação - Planejamento coletivo: importância, sugestão de instrumentos de planejamento coletivo (CANVAS, BAMBUSOL, etc..) 	
		<ul style="list-style-type: none"> - Formalização do empreendimento: diferenças entre cooperativa, associação e MEI, aspectos operacionais para a formalização - Acesso a políticas públicas e financiamento: política pública como direito, possíveis editais de fomento para a EES (PAA, Lei de estímulo, etc..), trazer aspectos operacionais para a construção dos projetos 	
Tempo Comunidade	40	I - Prática de Intervenção Social: <ol style="list-style-type: none"> 1. Pesquisa; 2. Elaboração do projeto; 3. Ação; 4. Seminário (apresentação). 	40
Avaliação: progressiva, continuada e um encontro final de avaliação e autoavaliação do curso			

Observações sobre o conteúdo programático:

Módulo Básico (MB) - CH de 40h

I- Gêneros textuais (8h):

Desenvolver habilidades que promovam o aprimoramento na utilização das mais diversas formas de linguagens, considerando a multimodalidade dos meios de interação linguageira. Os registros escrito e oral da língua portuguesa e as modalidades formal e informal, adequadas às mais diversas situações de comunicação. Preferencialmente, utilizando material da Economia Solidária. Propõe-se que o educando desenvolva a aproximação com a linguagem (formal e informal) usada em aplicativos de comunicação (como o *WhatsApp*), assim como e-mail, ofício, requerimento, relatórios de experiência, *PowerPoint*, *Excel*. Também o desenvolvimento de técnicas de apresentação oral e a promoção do entendimento da diferenciação de FATO e OPINIÃO; de INFORMAÇÃO e PUBLICIDADE.

II - Habilidades de Raciocínio para atender demandas cotidianas dos EES (8h):

Propõe-se abordar as quatro operações básicas da matemática utilizadas em situações concretas dos empreendimentos, assim como: Como conhecer os sistemas de medidas aplicados sempre que possível à realidade territorial; Desenvolver Habilidades que promovam a construção de raciocínios partindo do empírico ao abstrato, do concreto ao abstrato, das partes para o todo (teoria do conjunto), do particular para o universal, do individual para o coletivo . [Indução > da parte para o todo]; Desenvolver raciocínios que partam de uma premissa dada anteriormente , do abstrato, do geral, para o particular, o individual o concreto [Dedução > do todo para a parte]; e Desenvolver a capacidade de identificar e produzir relações de analogia (semelhanças e diferenças) passíveis de promover o avanço na construção coletiva do conhecimento.

Para tratar de indução, dedução e analogia sugere-se Aranha (2020).

III - Informática básica para atender demandas cotidianas dos EES (8h):

Desenvolver habilidades de informática e adquirir conhecimentos fundamentais que permitam a utilização das novas TIC's (Tecnologias da Informação e da Comunicação) para atender as demandas cotidianas dos E.E.S. Utilizar as redes sociais e as plataformas de e-mail, conseguindo adequar a linguagem formal e informal na produção de mensagens. Se possível, ter conhecimentos de *Excel*, *Word*, *Powerpoint* e *PDF*.

IV - O mundo do trabalho (8h):

Compreensão da importância de assegurar a saúde e segurança no ambiente laboral; Desenvolvimento de habilidades de convívio e interação no ambiente laboral, e a prática de tomadas de decisão em conjunto, no modelo de autogestão; Demonstrar as possibilidades de desenvolvimento profissional na perspectiva da economia solidária; Desenvolvimento de currículos individuais, bem como coletivos.

V - Normas e Regras (8h):

Em relação aos direitos humanos, sociais e trabalhistas, propõe-se abordar: O entendimento da diferença entre o trabalho via carteira assinada e o trabalho autogestionário; O entendimento dos direitos humanos como valores universais com um olhar sobre o relativismo cultural; O respeito à diversidade como princípio da economia solidária; Tratar dos Grupos vulneráveis e aspectos sócio jurídicos dos Direitos Humanos: direitos dos afrodescendentes, indígenas, quilombolas; racismo, direitos das mulheres, gênero e direitos dos grupos LGBTQIA+; e aspectos gerais das ações afirmativas.

Em relação aos aspectos de responsabilidade socioambiental, propõe-se abordar: O desenvolvimento da percepção do homem enquanto parte da natureza e diálogo acerca da

incorporação da responsabilidade socioambiental no cotidiano dos grupos produtivos. A responsabilidade socioambiental como princípio da economia solidária.

Módulo Profissional (MP) - CH 120h

I - Aspectos Gerais da Economia Solidária (60h):

Desenvolver, a partir do olhar dos participantes, o conceito e os princípios da Economia Solidária. Aprofundar acerca do trabalho associado em contraposição ao trabalho assalariado, além da concepção de autogestão e como colocá-la em prática. Discutir a sustentabilidade do empreendimento e do meio ambiente, o cooperativismo de caráter solidário e a concepção do trabalho associado como princípio educativo; Dialogar acerca dos dispositivos que fortalecem a Economia Solidária; como: o comércio justo e solidário, o consumo responsável, o trabalho em redes de cooperação, as finanças solidárias, o desenvolvimento de tecnologias sociais, a atuação de entidades de apoio, a incubação em economia solidária, o Cadsol e o fomento de redes de prosumidores;

Estimular o entendimento da Economia Solidária como Movimento Social, com vistas a explicar a importância dos Fóruns, das Entidades de Apoio e Fomento; e da participação do grupo nas instâncias deliberativas do movimento.

Estimular o entendimento da Economia Solidária também como uma política pública. Apresentar a Senaes, as secretarias estaduais, as casas de Economia Solidária; Direitos Sociais: Dialogar acerca das políticas públicas de áreas estratégicas para a Economia Solidária

II - (Auto)Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários (60h):

Compreensão da (auto)organização interna do processo produtivo: autogestão e relações interpessoais pautadas por princípios éticos e coletivos, a divisão de tarefas, a importância e controle da qualidade dos produtos/serviços, controle do processo produtivo; Desenvolvimento de estratégias de comunicação e divulgação: organização das vendas, valorização do produto, importância e instrumentalização das mídias sociais (o que são, tipos, como tirar fotos adequadas, estratégias de impulsionamento), as feiras de economia solidária, as redes de prosumidores; Demonstração de como organizar as finanças: noções de custos, controle do dinheiro (entrada e saída), precificação; Desenvolvimento de Planejamento coletivo: importância, sugestão de instrumentos de planejamento coletivo (CANVAS, BAMBUSOL, etc..); Compreensão de como formalizar o empreendimento: diferenças entre cooperativa, associação e MEI, aspectos operacionais para a formalização; Compreensão sobre políticas públicas e financiamento e desenvolvimento de projetos: política pública como direito, possíveis editais de fomento para a EES (PAA, Lei de estímulo, etc..), trazer aspectos operacionais para a construção dos projetos.

Módulo Tempo em Comunidade (MTC) - CH 40h

Recomenda-se o planejamento do Tempo Comunidade, observando as diretrizes apresentadas na metodologia e, compreendendo ainda os aspectos culturais, de regionalidade, coletividade, interdisciplinaridade, contextualização e complementaridade entre os componentes curriculares previstos.

9.3 Referências Bibliográficas Recomendadas

Filosofando: introdução à filosofia

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando: introdução à filosofia**, volume único / Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins. — 6. ed. — São Paulo: Moderna, 2016. Disponível em: <https://doceru.com/doc/nsecxx8>. Acesso em 24 jan. 2023.

Introdução à economia solidária

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abram, 2002. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/22/Introducao-economia-solidariaWEB1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Autogestão

NASCIMENTO, Claudio. A **autogestão comunal**. Marília: Lutas anticapital, 2020. Disponível em <<https://lutasanticapital.com.br/products/pdf-a-autogestao-comunal-2a-edicao>> Acesso em: 22 jan. 2024.

Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária

VERONESE, Marilia Verissimo; GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane Vieira. **Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária**. Caderno Crh, [S.L.], v. 30, n. 79, p. 89-104, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792017000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/4VtvHrKp8ggv4jFnVjGrGHL/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Redes de economia solidária – papéis e limites de atores envolvidos: trabalhadores, Universidades e Estado

CRUZ, Antonio. **Redes de economia solidária–papéis e limites de atores envolvidos**: trabalhadores, universidade e Estado. ponencia presentada en el Seminario Internacional “La co-construcción de conocimientos y prácticas sobre la economía social y solidaria en América Latina y Canadá”, organizado por el Centro de Estudios de Sociología del Trabajo, Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires, v. 24, 2009. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/redespapeiselimites.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Paul Singer e a pedagogia da autogestão na Economia Solidária

NASCIMENTO, Cláudio; SANTOS, Aline Mendonça dos. Paul Singer e a pedagogia da autogestão na Economia Solidária. **Revista Trabalho Necessário**, [S.L.], v. 17, n. 34, p. 153-170, 27 set. 2019. Pro Reitoria de Pesquisa, Pos Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/tn.17i34.p38048>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38048>. Acesso em: 18 jan. 2024.

NASCIMENTO, Cláudio; SANTOS, Aline Mendonça dos. **Paul Singer**: democracia, economia e autogestão. Marília: Lutas anticapital, 2018. Disponível em <https://base.socioeco.org/docs/santos_singer_ebook_paul_singer_democracia_economia_e_autogestao_1_.pdf> Acesso em: 22 jan. 2024.

A história do cooperativismo solidário no mundo e no Brasil, com reflexão sobre a cooperação nas comunidades quilombolas e povos indígenas

RECH, Daniel. **A história do cooperativismo solidário no mundo e no Brasil: com reflexão sobre a cooperação nas comunidades quilombolas e povos indígenas**. 2022. Disponível em: <https://unicopas.org.br/biblioteca/produto/a-historia-do-cooperativismo-solidario-no-mundo-e-no-brasil-com-reflexao-sobre-a-cooperacao-nas-comunidades-quilombolas-e-povos-indigenas/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Finanças solidárias no brasil: caracterização, tipos organizacionais e suas dimensões estruturais

SILVA, S. P. Finanças solidárias no Brasil: caracterização, tipos organizacionais e suas dimensões estruturais. In: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11576>. Acesso em: 18 jan. 2024.

As Dificuldades de comercialização da economia solidária: Uma análise a partir do mapeamento nacional da economia solidária de 2012

RÊGO, D. F. de A. As Dificuldades de comercialização da economia solidária: Uma análise a partir do mapeamento nacional da economia solidária de 2012. **Mundo do Trabalho Contemporâneo**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 04–28, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/7213>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Redes de Colaboração Solidária

MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária**. Curitiba: Ufil, 2002. Disponível em: <https://solidarius.net/mance/biblioteca/redecolaboracao-pt.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024

Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil

SILVA, Sandro Pereira. **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil**. Texto para Discussão, 2017. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177487/1/td_2271.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024

Desafios e perspectivas da sustentabilidade em empreendimentos econômicos solidários

REIS, Tatiana Araújo. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS. In: REGO, Diogo Ferreira de Almeida; AMORIM, Rizoneide Souza; CARRASCAL, Ivette Tatiana Castilla (org.). **Múltiplos olhares sobre a economia solidária na América Latina**. Natal: Ifrn, 2021. p. 165-237. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2159>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Vinte anos de compras da agricultura familiar : um marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil

DA SILVA, Regilane Fernandes; DE CARVALHO FILHO, Manoel Vital. **território e economia solidária: RELAÇÕES RELEVANTES PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Mercado de Trabalho, p. 153, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8392/1/bmt_64_territ%c3%b3rio.pdf. Acesso em: 19 jan. 2024

LOBATO, Rosana; FONSECA, Maiara (org.). **Uma metodologia de formação: gestão e sustentabilidade**. Porto Alegre: Catarse, 2009. (VIABILIDADE ECONÔMICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA DE EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS). Disponível em: https://www.capina.org.br/_files/ugd/e1b246_330b60ad9dce40959308e0077831c719.pdf. Acesso em: 19 jan. 2024.

LOBATO, Rosana; FONSECA, Maiara (org.). **Uma proposta de formação: comercialização**. 3. ed. Porto Alegre: Catarse, 2009. (VIABILIDADE ECONÔMICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA DE EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS). Disponível em:

https://www.capina.org.br/_files/ugd/e1b246_90e9ab6646ad4c30b053e6827f35fd2e.pdf. Acesso em: 19 jan. 2024.

SAMBUICHI, Egina Helena Rosa; SILVA, Andro Pereira. **Vinte anos de compras da agricultura familiar: marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Brasília: Ipea, 2023. 539 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12398>. Acesso em: 19 jan. 2024.

SILVA, Anna Carla Ferreira; SOUZA, Bárbara Luandy Freitas de; PITA, Flávia Almeida; BARBOSA, Maria Luiza D. A.; KORTING, Matheus Sehn (org.), **Contabilidade Popular: diálogos insurgentes de uma construção em rede**. Rio de Janeiro: Capina, 2023. Disponível em:

https://www.capina.org.br/_files/ugd/e1b246_ba1de66006d948e6a8ac8f71869d5f09.pdf. Acesso em: 19 jan. 2024.

SILVA, Sandro Pereira. **Entidades de apoio e fomento à economia solidária no brasil: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11521/1/Entidades_Apoio_cap6.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

TEODOROVICZ, J. **Economia solidária, políticas públicas de microcréditos e direitos fundamentais no Brasil**: desafios e perspectivas. NOMOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Fortaleza, v.40, n.1, jan./jun.2020, p. 241-264. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/62208>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Política Pública de Educação em Economia solidária: conteúdos e metodologias

OLIVEIRA, Daniela de; ELY, Helena Bins. **A política pública de educação em economia solidária através do CFES Sul**. Porto Alegre: Dialogar, 2017. Disponível em <<https://camp.org.br/files/2017/11/Sistematiza%C3%A7%C3%A3o-CFES-Sul-Pol%C3%ADtica-P%C3%BCblica-Educa%C3%A7%C3%A3o-EcoSol.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Trabalho associado e formação para o trabalho associado nos Institutos Federais

FISCHER, M. C. B.; CORDEIRO, B.; TIRIBA, L. Relações seres humanos/natureza e saberes do trabalho associado: premissas político-epistemológicas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. e022014, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8666486. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666486>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FISCHER, Maria Clara Bueno; KREBS, Josiane Roberta. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a formação para o trabalho associado e autogestionário: discutindo potencialidades.

Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. I.], v. 1, n. 23, p. e15317, 2023. DOI: 10.15628/rbept.2023.15317. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15317>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Tecnociência solidária e Tecnologia social

DAGNINO, Renato. **Tecnociência solidária: um manual estratégico**. Marília : Lutas Anticapital, 2019. Disponível em <<https://base.socioeco.org/docs/2019-10-dagnino-final-v8.pdf>> Acesso em 22 jan. 2024.

Ferramenta de planejamento dos empreendimentos econômicos solidários

NASCIMENTO, Edilane Moisés do; et al. Bambusol: Uma ferramenta de planejamento dos empreendimentos econômicos solidários. João Pessoa: Editora IFPB, 2023.

Educação e Economia Solidária: saberes técnico-produtivos e ético-políticos

ADAMS, T. FERREIRA, Fernanda Carvalho, FRANK, Joana; ROCHA, Marina. **Educação e economia solidária: uma análise das relações de participação e poder**. Educação em Foco. Belo Horizonte/MG. <<https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/492>> Acesso em 22 jan. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em:

<https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/fbce3498-7390-45e6-9656-ae4cac2d8ebf/content>. Acesso em: 22 jan. 2024

SINGER, Paul; KRUPPA, Sonia M. Portella. Economia solidária e educação de jovens e adultos. **A Economia Solidária como um ato pedagógico**. Org. Sonia M. Portella Kruppa. Brasília: Inep, p. 13-20, 2005. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/economia_solidaria_e_educacao_de_jovens_e_adultos.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024

CASOS DE ENSINO

“E Agora, José?” Decisões Coletivas e Relações Familiares em Finanças Solidárias

NASCIMENTO, Ives Romero Tavares do; RIGO, Ariadne Scalfoni. “E Agora, José?”: decisões coletivas e relações familiares em finanças solidárias. Administração Pública e Gestão Social, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 1-10, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5459/5464>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Gestão Social e Economia Solidária na Prática: O Caso de Lagoa das Serras

NASCIMENTO, Ives Romero Tavares do; RIGO, Ariadne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Gestão Social e Economia Solidária na Prática: o caso de lagoa das serras. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**: RIGS, Salvador, v. 3, n. 1, p. 107-117, abr. 2014. Trimestral. Disponível em: <https://repositoriodev.ufba.br/bitstream/ri/21917/1/Gest%c3%a3o%20Social%20e%20Economia%20Solid%c3%a1ria%20na%20Pr%c3%a1tica%20-%20O%20Caso%20de%20Lagoa%20das%20Serras.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Casos de ensino: cooperativismo e associativismo

RIGO, Ariadne Scalfoni; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JUNIOR, Jeová Torres (org.). **Casos de ensino**: cooperativismo e associativismo. Petrolina: Editora e Gráfica Franciscana Ltda, 2011. 240 p. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Airton-Cancado/publication/344302446_CASOS_DE_ENSINO_COOPERATIVISMO_E_ASSOCIATIVISMO/links/5fda67ec45851553a0c22d4c/CASOS-DE-ENSINO-COOPERATIVISMO-E-ASSOCIATIVISMO.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

10. RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A presente proposta pauta-se em política educacional para a promoção do acesso das populações afastadas da possibilidade de inclusão ao conhecimento, à tecnologia e à inovação, oferecendo educação profissional e tecnológica para jovens e adultos, por meio da Formação Inicial e Continuada, atendendo às demandas sociais e peculiaridades regionais, proporcionando a inserção no mercado de trabalho e o incentivo ao prosseguimento dos estudos com a elevação da escolaridade. O curso possibilitará a formação educacional, profissional e tecnológica, permitindo a emancipação e acesso ao mundo do trabalho **xxxxxxxx**. (Delinear a relação ensino, pesquisa e extensão articulado ao Curso proposto).

11. AVALIAÇÃO

11. 1 Pelo Público

Durante o decorrer de todo o curso, os/as estudantes serão estimulados/as a expressarem a sua percepção acerca das atividades desenvolvidas. Os/as estudantes avaliarão as ações por meio de questionário de satisfação aplicado ao final do curso FIC, descrevendo suas percepções a respeito das instalações, professores e conteúdo. Serão ainda indagados/as a respeito de seus anseios e objetivos atingidos. Os/As egressos/as serão acompanhados/as e estimulados/as a fazerem parte de redes sociais para acompanhamento de outras oportunidades e manutenção de vínculo com a instituição. (Especificar como será feita a avaliação pelos/as participantes)

11.2 Pela Equipe

Ao final do projeto, será aplicado um protocolo de autoavaliação e de satisfação para os participantes (equipe técnica, formadores e discentes), visando obter feedback sobre a qualidade dos cursos e do Programa de formação em Economia Popular e Solidária. Os resultados serão analisados e utilizados para aprimorar futuras edições do Programa. Ao final do Curso será submetido relatório das atividades, elencando as ações e seu cumprimento. Também serão informados os produtos gerados e seu impacto para a comunidade. (Especificar como será feita a avaliação pela equipe)

12. ARQUIVOS ANEXOS (OBRIGATÓRIOS)

- Termo de anuência para cursos de extensão
- Planos de ensino referente a cada componente curricular (**completos constando as ementas, objetivos, conteúdos, referências bibliográficas etc.**)
- Termo de parcerias (se houver)

13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária:**

Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília, 2015.

Disponível em

https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/983/1/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023.** Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal do setor rodoviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11539.htm. Acesso em: 23 Jan. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 23 jan. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) - **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 -** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12988-pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) - **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível: em

<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12988-pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

CFES. Rede de Centros de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária.

Referenciais metodológicos de formação e assessoria técnica em economia solidária. Brasília: Cáritas; SENAES, 2016.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Guia Pronatec de Cursos FIC**. 2016. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em 22 jan. 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Portaria MTE nº 3.222, de 21 de agosto de 2023**.

Institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ voltado ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a contribuir com a formação geral, acesso e permanência no mundo do trabalho. Disponível em: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2023/Ago/23/para-conhecimento-institucional/portaria-no-3-222-de-21-de-agosto-de-2023-institui-o-programa-manuel-querino-de-qualificacao-social->. Acesso em 22 jan. 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (TEM). **Resolução CODEFAT nº 907, de 26 de maio de 2021**. Reestrutura o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE. Disponível em:

<https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/Resolucao-no-907-de-26-de-maio-de-2021-Consolidacao-da-Res.-Reestrutura-o-Plano-Nacional-de-Qualificacao.pdf>. Acesso em 23 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Resolução da Organização Internacional do Trabalho – OIT**, de 10 de junho de 2022. Disponível em

https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_888039.pdf. Acesso em 23 de jan. 2024.

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. **Nações Unidas Brasil**. 2024.

Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 24 jan. 2024.

1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019). Disponível em:

https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/983/1/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf. Acesso em 23 jan. 2023.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Diretrizes político-metodológicas para educação em economia solidária**. Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012. Disponível em <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5B92EB23D11/RECOMENDACOES%208%20WEB.pdf>. Acesso em 22 jan. 2024.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Senaes); Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) Departamento de Qualificação (DEQ). **I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária**: documento final. Brasília: MTE, Senaes, SPPE, DEQ, 2006.

(Neste campo incluir as demais referências utilizadas na construção do PPC, em conformidade com as normas da ABNT)